

Ata da 3ª Reunião de Análise da Estratégia 2019
 Administração do Tribunal e Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica
 Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Data: 11/03/2020	Hora início: 13h	Hora final: 14h	Local: Auditório do 3º andar
Presentes:	Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes (Desembargadora Presidente do Tribunal)		
	Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla (Desembargadora Vice-Presidente Administrativa)		
	Maria Inês Correa de Cerqueira Cesar Targa (Desembargadora Diretora da Escola Judicial)		
	Alvaro dos Santos (Juiz Auxiliar da Presidência)		
	Cristiane Montenegro Rondelli (Juíza Auxiliar da Presidência)		
	Renato Henry Sant'Anna (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa)		
	Flávio Landi (Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional)		
	César Reinaldo Offa Basile (Presidente da Amatra XV)		
	Adriana Martorano Amaral Corchetti (Secretária-Geral da Presidência)		
	Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser (Diretor-Geral)		
	Simone Möller Arruda (Secretária-Geral da Presidência Substituta)		
	Herbert Wittmann (Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações)		
	Ana Silvia Damasceno Cardoso Buson (Secretária da Administração)		
	Ivan Bagini (Presidente do Sindiquinze)		
	Lara de Paula Jorge (Assessora da Escola Judicial)		
	Ana Silvia Damasceno Cardoso Buson (Secretária da Administração)		
	Antônio Carlos Betanho (Coordenador de Estatística e Pesquisa)		
	Iara Cristina Gomes (Assessora de Gestão Estratégica)		
	Fábio Gomes Amorim de Souza (Responsável pelo Escritório de Processos)		
	Arlene Andrade Rebolla (Assistente de Coordenação e profissional da área de Estatística)		
Ausentes	Tereza Aparecida Asta Gemignani (Desembargadora Vice-Presidente Judicial)		
	Manuel Soares Ferreira Carradita (Desembargador Corregedor Regional)		
	Maria Madalena de Oliveira (Desembargadora Vice-Corregedora)		
	Luciane Storel da Silva (Desembargadora Gestora de Metas do Plano Estratégico)		
	Daniela Macia Ferraz Giannini (Juíza Auxiliar da Vice-Presidência Judicial)		
	Lúcia Zimmermann (Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional)		
	Caio Rodrigues Martins Passos (Juiz do Trabalho membro do Núcleo de Estatística e		

	Gestão Estratégica)
	Gustavo Fachim (Secretário de Gestão de Pessoas)
	Paulo Eduardo de Almeida (Secretário-Geral Judiciário)

Intervenções:

Dra. Gisela R. M. de Araujo e Moraes	Agradeceu a presença de todos, explicitando que a presente reunião tratará da Análise da Estratégia relativa ao ano passado, com a análise de todos os resultados das Metas Institucionais diretamente relacionadas aos objetivos da Corte, e também aquelas demandadas pelos Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça.
Sra. Iara	Agradeceu a presença de todos, em especial da Senhora Desembargadora Presidente, Dra. Gisela R. M. de Araújo e Moraes e deu início a reunião, mencionando que foram disponibilizados em relatório previamente enviado por e-mail os resultados finais de todas as metas institucionais e nacionais, e que eles se referem a todo o ano de 2019, ou seja, do período de referência de janeiro a dezembro.
Sra. Iara	<p>Ressaltou que a apresentação demonstrará os principais e mais relevantes resultados alcançados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região como um todo e que serão discutidas apenas aquelas metas que merecem maior destaque.</p> <p>Indicou previamente que no tocante aos indicadores dos objetivos institucionais, todas as metas foram integralmente alcançadas; salientou que foram realizadas no mês de janeiro e fevereiro no ano corrente as Pesquisas (i) de Confiança e Satisfação do Jurisdicionado e (ii) de Clima Organizacional, que dizem respeito, em síntese, ao relacionamento da sociedade com a Corte, bem como dos Magistrados e Servidores com diversas áreas da Instituição, com um todo.</p> <p>Neste sentido, destacou que os resultados foram positivos, relatando que o percentual de satisfação do público interno superou o esperado, vez que a meta para 2019 era 73%, sendo atingida a porcentagem de 87%.</p> <p>No que tange à satisfação do público externo, igualmente a meta foi alcançada, com o percentual de 73%. Ressaltou que o percentual foi relativamente baixo, porém que tal fato ocorreu em virtude da pouca adesão de participantes da sociedade no montante total de respostas, que somou tão somente 44 respondentes.</p> <p>Noticiou que entre os objetivos nacionais, tanto do Poder Judiciário (CNJ) quanto da Justiça do Trabalho (CSJT), o desempenho anual de 2019 do TRT15 igualmente foi muito satisfatório na maioria das metas traçadas.</p> <p>Apontou inicialmente que relativamente à meta 2 do CSJT, que se refere ao Índice de Execução do Orçamento, o TRT15 disponibilizou 89,71% de seu orçamento, cujo percentual acumulado, portanto, está dentro do previsto para essa meta.</p>
Sr. Adlei	Argumentou que a meta 2 diz respeito ao desempenho da Corte quanto ao índice do orçamento disponibilizado, ou seja, demonstra como instituição organizou e estimou o seu orçamento ao longo do ano para quitar todas as obrigações e serviços contratados ou recebidos.

	<p>Relatou que, para o ano de 2019, o previsto era gastar cerca de 80% de todo o orçamento e o TRT15 finalizou o ano quitando todas as suas obrigações com 89%, uma vez que houve liberação de valores para pagamento de muitos encargos já autorizados, inclusive de deveres em atraso, o que se mostra positivo.</p> <p>Aduziu que neste ano a disponibilização do orçamento foi consideravelmente melhor que no ano de 2018, e que para 2020 já foi realizado estudo para que seja ainda mais otimizada a sistemática que será utilizada ao longo do ano.</p>
Sra. Iara	<p>Em continuidade, apresentou que as metas 4 e 5 do CSJT dizem respeito ao tempo médio de duração do processo trabalhista em 1º e 2º graus, e a redução em dias é de difícil alcance por todos os Regionais do país, não sendo um desafio isolado da 15ª Região.</p> <p>De toda sorte, salientou que o 1º grau está com saldo de 345 dias (tempo médio de duração do processo), resultado que foi melhorando ao longo do ano e resultou no atingimento de mais de 90% da meta, que era de 324 dias.</p> <p>O 2º grau, por sua vez, finalizou o ano com uma média de duração do processo de 208 dias, sendo a meta, no caso, de 139 dias.</p>
Sr. Antonio Betanho	<p>Relativamente a tais metas, apontou que, consoante regras do CSJT, a Coordenadoria de Estatística procede ao cômputo do prazo a partir da distribuição efetiva do processo até o seu julgamento, considerando o tempo de duração do feito na Vara de Origem no caso da meta 5 e o tempo de permanência no Gabinete do Desembargador, na hipótese da meta 4.</p> <p>Destacou ainda que, caso haja inserção do movimento de “suspensão do feito”, seja no 1º ou no 2º graus, quando o processo retorna ao seu curso a contagem do prazo é novamente iniciada, porém contando-se desde a primeira data da distribuição, não sendo, desta forma, interrompido.</p>
Sra. Iara	<p>Indicou que com relação às metas 6 e 7 do CSJT, ambas encontram-se com resultados positivos e com os percentuais de alcance acima do esperado.</p> <p>No que pertine à meta 8, apontou que ela indica o percentual de ações coletivas que devem ser julgadas pelo 1º e 2º graus, tendo sido atingida pela 1ª Instância, que até superou a meta estabelecida, porém, não foi ainda alcançada pelo 2º grau em virtude de tão somente 2 processos que ficaram pendentes de julgamento dentro do ano de 2019.</p> <p>Salientou que, após pesquisa realizada pela Assessoria de Gestão Estratégica, um deles foi julgado em 10/03/2020 e o outro foi redistribuído em razão de conflito de competência.</p> <p>No que diz respeito à meta 9, que trata da conciliação, de igual modo o seu alcance se mostra um desafio não só para o TRT15, mas, para todos os Regionais de forma geral, vez que o índice é alto, considerando-se que ela engloba tanto os processos em fase de conhecimento, como aqueles que tramitam no 2º grau sem trânsito em julgado.</p> <p>Relembrou que recentemente os parâmetros para cálculo da meta foram alterados, para que fossem incluídos no cômputo todos os processos em fase de conhecimento, ou seja, tanto aquelas com sentença de 1º grau quanto aquelas com acórdão já em trâmite no 2º grau, o que representou um ligeiro aumento do percentual a ser atingido</p>

	<p>pela nossa Corte.</p> <p>De toda sorte, como indicado no gráfico, a meta foi cumprida com percentual acima de 90%.</p> <p>Por fim, apresentou as 3 novas metas propostas pelo CNJ, que dizem respeito ao Tribunais do Trabalho, sendo uma delas relacionada à Agenda 2030, a outra à saúde de Magistrados e Servidores e, por fim, a que prevê o combate ao trabalho infantil.</p> <p>Ressaltou que é graças ao esforço dos nossos Desembargadores, Juízes e Servidores que este Tribunal registrou resultados melhores, com as metas para o ano de 2019 tendo sido cumpridas praticamente em sua integralidade.</p> <p>Destacou que no ano de 2020 será dada continuidade no monitoramento das metas institucionais e nacionais a fim de que todas sejam atingidas.</p> <p>Agradeceu a presença de todos e encerrou sua parte na reunião.</p>
Sr. Herbert	<p>Agradeceu novamente a presença de todos esclarecendo que os resultados relacionados à área de Tecnologia da Informação e Comunicações abrangem diversas lotações do Tribunal e representam como os assuntos relacionados estão sendo conduzidos e tratados no Tribunal como um todo.</p> <p>Explicou a utilização dos faróis sinalizados por cores, que representam a percentagem de atingimento de cada uma das metas.</p> <p>Relativamente à indisponibilidade não programada do PJE, o índice foi recuperado ao longo ano e mostrou-se expressivamente melhor com o fechamento em dezembro de 2019, indicando apenas a percentagem de 0,69%, o que significa que foi praticamente atingido, uma vez que a meta era de 0,60%.</p> <p>No que toca à ousada meta de cumprir 97% das fases (sprints) de projetos de desenvolvimento dentro do prazo combinado com os usuários, trata-se de um desafio que foi quase alcançado ao longo de 2019. Em que pese a melhora em relação aos primeiros meses, a meta era atingir 95% e foi cumprida em 92%. Destacou que em números, a porcentagem representa um total de 300 sprints realizados, com a ausência de entrega dentro do prazo de apenas 10.</p> <p>No que pertine ao Plano de Contratações de Soluções de TIC, o índice demonstrado de 87%, ainda que não atingido, vez que a meta seria 90%, representa o alinhamento do plano com o orçamento do TRT15, o qual tem que observar diretrizes do CNJ, e, assim, acaba por ser submetido a um processo burocrático de contratações. De toda sorte, afirmou que o ano de 2019 foi um dos melhores anos com a efetividade do planejamento e execução orçamentária da Corte, e que das 53 contratações previstas para a TIC, apenas 6 não foram realizadas em virtude de desistências, razão pela qual a meta não foi totalmente alcançada.</p> <p>Aduziu que a meta de estar em conformidade com 70% dos requisitos de segurança da informação de TIC do questionário iGovTIC-JUD/CNJ apurou um índice de 55% para o ano de 2019, sendo que a atenção para 2020 é focar em aumentar referido índice para 70% até julho do ano corrente, uma vez que nova avaliação será realizada pelo CNJ nesta data.</p>

Destacou que o indicador referente ao Plano de Capacitações de TIC para o ano de 2019 foi plenamente atingido, com 95%, superando-se a expectativa inicial de 90%, em virtude de serem realizados em parceria com a Escola Judicial diversas capacitações voltadas ao aprimoramento constante dos técnicos de TIC. Salientou a importância desta meta para que os serviços especializados estejam sendo atualizados e de forma constante, buscando a excelência na entrega dos produtos para a Instituição.

Indicou que no que pertence ao índice de conformidade de estrutura mínima de TIC o índice mostra-se positivo, com 92% de atingimento da meta de 90%. Repisou que o único requisito ainda não alcançado pelo TRT15 é aquele relativo ao item IV do art. 24, que se trata da gravação audiovisual de audiência e cujo projeto ainda encontra-se em andamento com o MPT.

Informou que o índice de governança de TI para 2019 foi plenamente alcançado, estando o TRT15 no nível "intermediário", com conformidade com o esperado. Destacou que estamos atualmente com 67%, o que significa que falta apenas 0,3 para já alcançarmos o nível "Aprimorado", de 70%, que é justamente a meta para o ano de 2020.

No que toca ao índice de Acordos de nível de Serviço de TIC, destacou que não havia sido desenvolvido nenhum procedimento até o ano de 2018 e que após diversas implementações em 2019, principalmente relacionadas às atualizações das ferramentas e definições de gestores e suas competências, foram criadas as estruturas e organizados os serviços prestados com atendimento aos usuários, tendo sido a meta cumprida com percentual de 89%, ou seja, acima do esperado, que era 80%.

Sobre o Plano de Tratamento de Riscos informou que em 2019 foram avaliados todos os sistemas, o que resultou no mapeamento completo dos riscos relacionados a eles. Com efeito, houve 100% de cumprimento, superando a meta que era de 95%.

Informou que o índice que mede a indisponibilidade programada do PJE foi melhorando cada vez mais ao longo do ano, tendo sido finalizado de forma muito satisfatória, considerando-se os empenhos e esforços da área técnica, além das diversas medidas operacionais que foram tomadas a fim de diminuir a indisponibilidade do sistema. A meta seria estar abaixo de 3% e no ano de 2019 resultou a indisponibilidade ficou em 1,05%.

Noticiou que em relação a indisponibilidade de outros sistemas e serviços, exceto relacionados ao PJE, o índice da mesma forma mostrou-se dentro do esperado e demonstra a excelência do serviço prestado, sendo um desafio atual a melhoria do sistema relacionado à pesquisa de jurisprudência no portal novo do TRT15.

Apontou que o índice que mede a Satisfação dos Usuários Internos é superior a meta traçada, representando um total de mais de 90%, o que se mostra muito positivo em virtude do aprimoramento dos serviços prestados.

De igual modo, ressaltou que a meta de Satisfação dos Usuários Externos de TIC foi bem positiva, cuja meta era 75% e foi atingida em 88%.

No que tange ao índice de satisfação em relação ao atendimento do usuário interno, ele se mostrou também muito positivo, com o aumento da qualidade do serviço prestado e, conseqüentemente, crescimento da satisfação dos usuários. A meta seria atingir 93% e foi superada em 97,69%.

	Agradeceu a atenção de todos e encerrou sua parte na reunião.
Dra. Gisela R. M. de Araujo e Moraes	Agradeceu as informações prestadas e salientou que, em que pese o número cada vez menor de servidores e magistrados, além das dificuldades enfrentadas pela Corte, é importante o engajamento de todos no atingimento das metas discutidas na reunião. Destacou a excelência no trabalho de monitoramento feito pela Assessoria de Gestão Estratégica e pela área de Tecnologia da Informação e Comunicações e a expressiva influência no desempenho das metas atingidas em 2019, as quais encontram-se, em sua maioria, positivas.

Exma. Desembargadora Dra. Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes (Presidente do Tribunal)

Sra. Iara Cristina Gomes (Assessora de Gestão Estratégica)

Sr. Herbert Wittmann (Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações)
